

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CLP

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Henrique Vieira)

Apresentação: 04/06/2025 17:08:15.560 - CLP

REQ n.53/2025

Requerimento de realização de audiência pública sobre a criminalização da cultura negra no Brasil, com o tema: “MC não é bandido”.

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a crescente criminalização da cultura negra no Brasil, tendo como foco os ataques direcionados às expressões artísticas periféricas como o funk, o rap, o hip-hop e suas vertentes.

Para a referida audiência, propomos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

1. Representante do Ministério da Cultura
2. Representante do Ministério dos Direitos Humanos
3. Maysa Carvalho - Advogado do Instituto Ilê
4. Dep Estadual Ediane Maria - Coordenadora da Frente Parlamentar do Funk da Alesp



5. Deputada Dani Monteiro - Presidente da Frente Estadual em defesa do hip-hop- Rio de Janeiro
6. Mc Cabelinho
7. MC Smith
8. Djonga
9. Renata Prado - Frente Nacional das Mulheres no Funk

JUSTIFICATIVA

A presente audiência pública se faz necessária diante do recrudescimento de políticas e narrativas que associam manifestações da cultura negra — especialmente periférica — à criminalidade.

Recentemente, tem-se observado uma série de operações policiais, ações legislativas e decisões judiciais que colocam em risco a liberdade de expressão e a produção cultural de artistas negros, sobretudo MCs, DJs e produtores do funk e do rap.

Casos como a prisão de MCs sob acusação de “apologia ao crime”, a proibição de bailes funks, a censura de letras musicais e a criminalização de figuras públicas negras em campanhas de “guerra às drogas”, evidenciam um padrão estrutural de perseguição cultural. Não se trata de episódios isolados, mas sim de uma continuidade histórica.

Desde os anos 1970, com a repressão aos bailes black e aos primeiros movimentos de soul e charme no Rio de Janeiro, passando pelos anos 1980 e 1990, quando o hip-hop passou a ser patrulhado e seus artistas constantemente



abordados pela polícia, até os anos 2000 e 2010, com a sistemática tentativa de criminalização do funk como “crime de menor potencial ofensivo” ou como forma de associação criminosa, observa-se um padrão recorrente de criminalização da cultura negra.

O samba, hoje considerado patrimônio cultural, também foi proibido, reprimido e associado à marginalidade por décadas. Esse paralelo nos mostra como expressões culturais negras, nascidas da resistência e da criatividade das favelas e periferias, foram — e ainda são — tratadas com preconceito institucional e social.

Assim, esta audiência visa contribuir com o debate público e legislativo sobre liberdade de expressão, cultura, racismo estrutural e direitos humanos, buscando ouvir artistas, estudiosos, juristas e representantes de comunidades impactadas por essa repressão cultural.

Dessa forma, requer-se a realização da audiência pública com o tema “MC não é bandido: a criminalização da cultura negra no Brasil”, para que se possa promover um diálogo democrático, combater o racismo estrutural e garantir os direitos culturais das populações negras e periféricas.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2025.

Deputado Pastor Henrique Vieira

PSOL/RJ

